



Clipping

Executivos de grandes companhias alemãs com presença local afirmaram à Folha que a piora no ambiente de negócios no Brasil, marcado por crescente complexidade tributária e burocracia acima da média, está levando suas matrizes a tirar o país do radar para investimentos.

As declarações foram feitas durante reunião da diretoria da AHK (Câmara de Comércio Brasil-Alemanha). Estavam presentes o embaixador alemão no Brasil, Georg Witschel, e o cônsul-geral alemão em São Paulo, Axel Zeidler. Os executivos disseram que travas na economia brasileira fazem com que o país perca espaço para os asiáticos.

“A situação para nós nos últimos anos foi muito difícil. O Brasil está saindo do radar dos investimentos futuros, perdendo representatividade para a Ásia”, disse Martin Duisberg, representante do DZ Bank no país e vice-presidente da câmara. Segundo Duisberg, os 210 milhões de consumidores brasileiros, que sustentavam uma posição mais privilegiada do país no mapa global das apostas alemãs, já não são mais argumento para atrair investimentos internacionais.

A reclamação dos executivos é uníssona, e o motivo está no fato de que, além de as companhias terem perdido o mercado interno com o desaquecimento econômico nos últimos anos, também encontram barreiras para exportar.

“Para a indústria conseguir exportar, é preciso melhorar a competitividade das empresas. Há muitas causas que impedem isso aqui”, disse Wolfram Anders, presidente da câmara e vice-presidente-executivo do grupo Robert Bosch na América Latina. “A dificuldade em registrar normas técnicas e propriedade intelectual é uma delas, a complexidade tributária é outra.”

Segundo Anders, a Bosch tem 39 funcionários no Brasil para cuidar de questões tributárias, enquanto na Espanha, que tem um faturamento semelhante, a companhia tem apenas cinco. O embaixador alemão no Brasil disse que, apesar de haver

acordos em andamento para simplificar o sistema, os processos estão muito lentos.

“O progresso do acordo do Mercosul com a União Europeia, em Montevideú, foi limitado. Além disso, o Brasil precisa retomar a discussão sobre o acordo de bitributação com a Alemanha e pensar também nas negociações para ingressar na OCDE [Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico].”

No fim de maio de 2017, o Brasil formalizou pedido para se filiar à OCDE. A entrada no grupo deve impactar o sistema tributário nacional, como noticiou a Folha em fevereiro deste ano. Esse incômodo dos executivos alemães com o sistema tributário brasileiro foi diagnosticado em pesquisa feita pela AHK no primeiro semestre deste ano. Levantamento com 160 companhias mostrou que os impostos no Brasil, com 73%, lideram a lista de assuntos com maior grau de insatisfação.

Em segundo lugar aparece, com 59%, a preocupação com o endividamento dos cofres públicos. Para os alemães, contudo, a complexidade de documentos não se limita somente a questões tributárias. Philipp Schiemer, presidente da Mercedes-Benz no Brasil, disse que a burocracia no país impede que as empresas cresçam aqui.

“Para a nossa fábrica de Iracemápolis [a 168 km de São Paulo], demorou mais tempo para conseguirmos uma licença do que para a construção.”

De acordo com o relatório Doing Business 2018, do Banco Mundial, o Brasil está em 170º lugar no ranking de 190 países na lista de facilidade de empresas em obter alvará de construção. Os executivos também lembraram que a relação Brasil-Alemanha anda enfraquecida.

Em junho de 2017, a chanceler alemã, Angela Merkel, esteve na América Latina para fechar acordos comerciais e não passou pelo Brasil. Depois, no mesmo mês, o presidente Michel Temer cancelou de última hora um almoço que teria com Merkel no encontro do G20, em Hamburgo, por causa de uma crise em seu governo. Na época, Temer foi denunciado pelo MPF (Ministério Público Federal) pelo crime de corrupção passiva.

Em relação às eleições, a pesquisa feita pela AHK mostra que 92% dos executivos afirmaram que as decisões nas urnas podem ter impacto negativo em negócios locais.

Sobre o próximo governo, 100% disseram que a reforma da Previdência é prioritária. A reforma tributária e a educação de base são destaques para 96% e 91% dos executivos, respectivamente.

Para Schiemer, o próximo governo precisa instalar um ambiente de estabilidade e fazer profundas reformas, até mesmo no modelo político.

Fonte: Folha SP